

SEGUNDO CONTINGENTE MILITAR DA RENAMO CHEGOU ONTEM A NYANGA

● Ajello confirma vinda de peritos da ONU para trabalhar com a PRM

O segundo contingente de oficiais da Renamo que vão ser formados como instrutores militares para o novo Exército de Defesa de Moçambique (FADM) chegou ontem a Nyanga, no Zimbabwe, onde se situa a base de treinos gerida por instrutores militares britânicos. O facto foi dado a conhecer ontem em Maputo pelo Representante Especial de Boutros Ghali no país, Dr. Aldo Ajello.

Ajello disse na altura que o primeiro grupo, integrando 120 militares, deixou Maringué às 7 horas de ontem e igual número iria partir mais tarde, no mesmo dia, para Nyanga.

Este segundo contingente da Renamo deveria ter chegado ao campo de treinos em finais de Agosto último, onde já se encontram os 240 oficiais governamentais já há cinco semanas.

O grupo-piloto de outros 100 oficiais (50 de cada lado) está a ser preparado militarmente desde princípios de Agosto.

O representante do Secretário-Geral da ONU disse esperar que o treino em Nyanga seja concluído nos finais de Dezembro. Posteriormente, os efectivos militares formados como instrutores regressarão ao país para treinar 18 batalhões de infantaria do futuro Exército moçambicano.

Na habitual conferência de Imprensa das sextas-feiras, Aldo Ajello deu a conhecer que peritos das Nações Unidas arrancam na próxima segunda-feira com o trabalho de avaliação das necessidades para a fiscalização da actividade da Polícia da República de Moçambique (PRM), segundo uma exigência colocada pela Renamo, com a concordância do Governo.

Aquele funcionário superior das Nações Unidas informou que os primeiros especialistas chegaram à capital moçambicana na quarta-feira, e que ontem dia de ontem e hoje aguardava-se o desembarque dos restantes.

Interpelado sobre o número de efectivos que seria necessário para a fiscalização, Ajello disse ser prematuro fazer tal avaliação pois só depois da conclusão do

levantamento das necessidades no terreno poderá dizer quantos especialistas policiais deverão ser enviados a Moçambique».

VISITA DE GHALI É DETERMINANTE

No «briefing» de ontem, Aldo Ajello manifestou-se optimista em relação à

Renamo e Boutros Ghali.

— Trata-se de um momento propício e certo para a Renamo apresentar com substância todos os seus pedidos — rematou Ajello.

Sabe-se que aquele movimento armado tem vindo a apresentar sistematicamente

preocupação face aos atrasos que têm marcado a adopção da futura lei eleitoral.

A propósito, Ajello advertiu que se a Lei não for aprovada pela Assembleia da República até finais de Outubro corrente, não será possível a realização das eleições gerais em Outubro de 1994, com o sistema de registo dos votantes preconizado.

O executivo está a considerar a emissão de cartões de voto com fotografia de cada



Soldados governamentais e da Renamo no campo de Nyanga

projectada visita do Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, marcada para o próximo dia 17 de Outubro.

A este respeito, ele é de opinião que a questão dos constantes pedidos colocados pelo movimento de Afonso Dhlakama, como pré-condição para a celeridade do processo de pacificação nacional, deve ser solucionada de uma vez para sempre no programado encontro entre o líder da

um conjunto de condições para desarmar e desmobilizar os seus efectivos militares. Recentemente, a Renamo exigiu a vinda de um contingente de supervisores da Polícia das Nações Unidas a Moçambique, como condição «sine qua non» para acantonar as suas tropas.

O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Aldo Ajello, não escondeu a sua

eleitor, um método considerado de dispendioso e que precisa de muito tempo.

Neste momento, o debate da futura lei eleitoral moçambicana encontra-se emperrado pelo facto de uma facção de partidos ter abandonado a multipartidária, com a Renamo a não mostrar sinais de querer trabalhar em volta do texto.

Mas, segundo Aldo Ajello, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, vai aproveitar a sua visita ao país para tentar desbloquear todos os atrasos em volta do documento.

«Temos ainda tempo para aprovar a lei eleitoral! O que é fundamental é apenas a vontade política das partes, uma vez que as Nações Unidas não têm mandato para aprovar tal matéria», precisou Ajello.